

tos, não só musicais, como também políticos, culturais e histórico-militares, à luz dos princípios da historiografia actual. Nomes como os de Alfredo Keil, Gomes Leal, Lopes de Mendonça, Augusto Machado e Guerra Junqueiro serão assim aqui evocados e devidamente contextualizados.

O método e os objectivos do trabalho assentam na análise, não só musical, como também poética e histórico-militar de sete hinos seleccionados a partir da obra *Hinos patrióticos e militares portugueses* de Soares, Sousa e Costa. Por conseguinte, o objectivo da presente comunicação assenta na necessidade de se estabelecer, pela primeira vez, a relação das peças transcritas na referida obra com as suas circunstâncias histórico-militares, em prol da construção da respectiva narrativa histórica.

**Filipe Mesquita de Oliveira**, doutorado em Musicologia Histórica, é Professor Auxiliar da Universidade de Évora, tendo integrado a equipa do Projeto PASEV - Patrimonialização da paisagem sonora de Évora (*Évora Soundscapes*) 1540 – 1910 (PTDC/ART-PER/28584/2017). Nesse contexto publicou vários estudos, dos quais se destacam, *As obras de Teodósio Augusto Ferreira no contexto do panorama musical eborense do derradeiro quartel de oitocentos* (Lisboa: Húmus, 2021) e *Os hinos e a música comemorativa no contexto das celebrações do 1º de Dezembro em Évora na segunda metade de oitocentos* (Lisboa: Urutau, 2024). Em termos académicos, o seu domínio de especialização foi a música instrumental de tecla ibérica dos séculos XVI e XVII. Actualmente desenvolve trabalho em torno da música instrumental portuguesa no período final do Antigo Regime, integrando o Grupo de Investigação do CESEM - GMPM (Grupo de Música do Período Moderno), no qual investiga o repertório português de âmbito político-militar de finais de oitocentos.

## **Luís Santos**

(CESEM-IN2PAST, Universidade Nova de Lisboa)

### **Entre “arte nacional”, “arte pela arte” e “arte social”: a política da autonomia no discurso sobre a música sinfónica em Lisboa nos últimos anos da República**

Palavras-Chave: Primeira República, música e política, música e discurso, música sinfónica

Nas décadas de 1910 e 1920, Lisboa testemunhou um florescimento sem precedentes do interesse pelos concertos sinfónicos públicos. Trata-se de um episódio central na história da música em Portugal, pelo impulso que se verificou no sentido da actualização da vida musical da capital, com a divulgação de um repertório orquestral bastante alargado e em grande parte ainda desconhecido

do público lisboeta. As contendas políticas em curso durante este período conturbado envolveram igualmente o campo cultural, tendo as suas instituições desempenhado, de facto, parte activa na luta em curso pela dominação simbólica. E o discurso que então circulava em torno da música sinfónica, visando antes de mais a legitimação da sua conjecturada transcendência entre as práticas socioculturais existentes, não pôde também deixar de assumir colorações políticas. Na fase inicial da Primeira República (1910-1917), designadamente, a posição assumida por um conjunto de críticos alinhados com uma orientação republicana liberal progressista ambicionava a valorização da função civilizacional da música sinfónica, enquanto um movimento oposto esposado por um campo conservador alargado abraçava a noção de “arte como refúgio do real”.

A presente comunicação focaliza em particular as transformações que se observam nessa situação entre a viragem para os anos vinte e o fim da República. Pretende-se, por um lado, examinar os elementos e as implicações de um discurso de reacção contra ambas as linhas, surgido ainda no final da década de 1910, perfilhado essencialmente por um núcleo de doutrinadores envolvidos com o Integralismo Lusitano (entre os quais se destacava a figura de Luís de Freitas Branco). Por outro lado, pretende-se também analisar o percurso ulterior das referidas linhas discursivas pré-existentes, que manterão a sua relevância ao longo da década de 1920, alimentadas por antigos e novos protagonistas. Observa-se, deste modo, a complexa e tensa interacção entre as noções de “autonomia estética” e “arte social” nos discursos que operavam o uso político e social da música sinfónica produzida e recebida em Lisboa nesta era.

**Luís M. Santos** doutorou-se em Ciências Musicais Históricas na NOVA FCSH (2024), tendo usufruído de uma Bolsa de Doutoramento concedida pela FCT. A sua dissertação, orientada por Paulo Ferreira de Castro, debruça-se sobre a música sinfónica em Lisboa no período entre 1910 e 1933. Realizou o Curso de Piano no Conservatório Nacional (2006), e na NOVA FCSH obteve a Licenciatura em Ciências Musicais (2007), bem como o Mestrado em Musicologia Histórica (2010). Desde 2007, é investigador colaborador do CESEM-IN2PAST (NOVA FCSH), no âmbito do qual foi Bolseiro de Investigação (2007-2010), integrando atualmente o Grupo de Investigação em Teoria Crítica e Comunicação. Foi distinguido com o Prémio Joaquim de Vasconcelos 2016 pela SPIM. Colabora regularmente, desde 2010, com a Casa da Música, o Teatro Nacional de São Carlos e a Fundação Calouste Gulbenkian na redacção de textos musicológicos. Desde 2013, tem colaborado também enquanto docente convidado com o Departamento de Ciências Musicais da NOVA FCSH.